



Universidade do Minho  
Conselho Geral

## **Reunião do Conselho Geral da Universidade do Minho**

### **Ata Nº 02/2018**

Aos doze dois dias do mês de março de dois mil e dezoito, pelas dez horas, reuniu em sessão extraordinária, na Sala de Reuniões da Reitoria, no Largo do Paço - Braga, o Plenário do Conselho Geral da Universidade do Minho (Conselho), com a seguinte ordem de trabalhos:

#### **Assuntos de iniciativa do Conselho Geral**

1. Aprovação da ata número 1/2018, referente à reunião do dia 22/01/2018;
2. Regimento do Conselho Geral: constituição das Comissões Especializadas;
3. Análise da constituição do Conselho de Ética e da designação do Provedor Institucional;
4. Laboratórios Colaborativos;
5. Avaliação do impacto das alterações demográficas na Universidade do Minho;
6. Outros assuntos.

#### **Assuntos de iniciativa do Reitor**

1. Participação da UMinho na Associação "The Discoveries Centre for Regenerative and Precision Medicine";
2. Participação da UMinho no Laboratório Colaborativo em Transformação Digital;
3. Participação da UMinho no INESC-TEC;
4. Participação da UMinho na "OpenAIRE Legal Entity";
5. Participação da UMinho na Associação Centro de Competências do Agroalimentar para o Setor das Carnes;
6. Alteração do mapa de pessoal dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho.

Estiveram presentes os Conselheiros Luís Valente de Oliveira, que presidiu, Álvaro Sanróman, Eugénio Ferreira, Isabel Soares, João Cerqueira, Joaquim Rocha, Manuel Costa, Óscar Gonçalves, Patrícia Jerónimo Vink, Rui Ralha, Sandra Paiva, Bruno Gonçalves, Nuno Reis, Maria José Costa, Victor Soares, José Teixeira, Manuel Carvalho da Silva e Ramón Villares. Esteve também presente o Reitor, Professor Rui Vieira de Castro. Justificaram a ausência os Conselheiros Luís Amaral, Maria Helena Guimarães, Inês Silva, Maria da Graça Coelho e Paula Silva. A folha de presenças encontra-se anexa à presente ata (anexo I).

Antes de iniciar a ordem de trabalhos, o Presidente investiu Maria José Arantes Costa como membro do Conselho em representação dos Estudantes.

Ao abrigo do disposto no n.º 8 do art.º 10º do Regimento do Conselho Geral, dirigiram-se ao Conselho o Presidente, o Conselheiro Óscar Gonçalves, o Reitor e a Conselheira Patrícia Jerónimo Vink.

O Presidente cumprimentou os presentes, felicitou a nova Conselheira e referiu-se de seguida à nota enviada pelo Conselheiro Óscar Gonçalves, na qual era questionada a não abertura ao público desta reunião, tendo justificado a sua decisão com o facto de, ao longo da sua experiência enquanto membro de órgãos colegiais, ter constatado que as reuniões nas quais são designadas individualidades para a ocupação de cargos não devem ser abertas ao público, no sentido de os vários candidatos não terem conhecimento das razões pelas quais haviam sido preteridos. Mencionou também que, por vezes, a abertura destas reuniões ao público, e aos media em particular, pode ter um efeito contraproducente, conduzindo a um condicionamento dos comportamentos dos participantes sobre as matérias em análise, face ao receio das interpretações que possam ser dadas às suas intervenções. Disse ainda que a presente reunião tem um carácter de preparação das matérias em apreciação, nas quais os Conselheiros devem estar à vontade para se pronunciarem livremente sobre as mesmas.

Defendeu que as matérias com interesse para a Academia são a apresentação do Programa de Ação do Reitor, os Relatórios de Atividades e Contas, bem como os Planos de Atividade e o Orçamento para o ano seguinte.

O Conselheiro Óscar Gonçalves agradeceu o esclarecimento prestado pelo Presidente e concordou que há assuntos cuja reserva deverá ser mantida. Contudo, entendeu que não cabe ao Presidente decidir quais os assuntos de natureza confidencial, mas sim ao Conselho, sob pena de o Presidente poder vir a contrariar o que está estatutariamente definido.

Concordou que a presente reunião se reveste de um carácter particular, dada a designação de individualidades para cargos, mas sugeriu que futuramente, em cumprimento do Regimento do órgão em vigor, o Presidente deverá auscultar os membros do Conselho sobre a reserva ou não dos assuntos em discussão no momento do envio da minuta da convocatória.

Foi assim deliberado que, de acordo com o previsto no n.º 7.º do art.º 11.º do Regimento do Conselho, aquando do envio da minuta da convocatória para apreciação, os membros deverão pronunciar-se sobre a reserva ou não dos assuntos nela propostos.

O Presidente conferiu de seguida a palavra ao Reitor, tendo este transmitido a sua intenção de apresentar ao Conselho um conjunto de informações de grande relevância – um de natureza orçamental e um outro relativo a alterações legislativas com impacto para a Universidade.

Relativamente às informações de carácter orçamental, recordou o contrato no âmbito do compromisso com a ciência e o conhecimento, firmado em julho de 2016, entre as universidades públicas portuguesas e o Governo, o qual prevê que as dotações do Orçamento do Estado (OE) para as universidades públicas não sejam inferiores às definidas na Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, acrescidas de eventuais aumentos de encargos salariais para a administração pública.



Aludiu ao facto de o OE para o ano 2018 ter previsto valorizações e acréscimos resultantes de alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, progressões e mudanças de nível ou escalão, cujos valores não estavam contemplados no Orçamento da UMinho para o ano de 2018.

Referiu que a UMinho fez um esforço financeiro considerável ao atualizar os valores salariais dos trabalhadores não docentes, mas que, relativamente às valorizações remuneratórias dos professores e investigadores, o impacto financeiro é muito mais elevado, pelo que apenas será possível à UMinho regularizar esta situação quando o Conselho de Reitores das Universidades Portugueses (CRUP) e o Governo consolidarem os valores em débito e o plano de transferências a realizar.

Relativamente à regularização de vínculos precários, disse que a UMinho aguarda a convocatória para uma reunião com a Comissão de Avaliação Bipartida da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior para apreciação dos casos dos trabalhadores registados.

No que diz respeito às alterações legislativas, mencionou o despacho do Ministério da Tutela que fixa as vagas de abertura para as formações iniciais para o ano letivo de 2018/2019, o qual foi emitido mais cedo do que é habitual face às alterações significativas que nele são introduzidas. A proposta assenta na diferenciação entre as instituições do Porto e Lisboa, que viram reduzida em 5% a oferta das instituições de Ensino Superior situadas naquelas duas cidades, por conta partida de um aumento em igual percentagem das vagas das restantes instituições. A proposta admite várias exceções na criação de novos cursos, designadamente, em instituições cujas localizações são de menor procura e sujeitas a pressões geográficas. O despacho é ainda mais profundo ao recomendar áreas de formação privilegiadas como as ciências da vida; ciências físicas; matemática e estatística; informática; engenharia e técnicas afins. Informou ainda os presentes de que, ao nível da UMinho, poderão ser criadas mais 150 vagas.

Procedeu de seguida à informação respeitante às alterações previstas à Lei que regulamenta a atribuição de graus e diplomas, a qual entendeu revestir-se de elevada importância na organização da oferta educativa das instituições. Afirmou que as alterações com impacto imediato na UMinho são a redução do número de Mestrados Integrados, os quais passarão apenas a serem possíveis nas áreas de Arquitetura e Medicina, tendo salientado o facto de 20% da oferta educativa da UMinho estar organizada em Mestrados Integrados.

O segundo impacto reflete-se ao nível da formação doutoral. A proposta de alteração legislativa estabelece a vinculação dos programas doutorais às unidades de investigação, sendo que 75% do corpo docente a ele afeto deverá ser composto por membros internos do respetivo centro de investigação, com classificação mínima de Muito Bom. No seu entendimento, esta situação poderá conduzir a um eventual risco de eliminação da oferta doutoral, abrindo às instituições politécnicas a possibilidade de passarem a conferir aquele grau.

Por último, informou que o novo diploma estabelece requisitos a respeitar na percentagem de contratação de docentes convidados, tendendo para a distribuição de 50% para Professores Auxiliares e 50% para Professores Associados e Catedráticos.

Finda a intervenção do Reitor, o Presidente resumiu-a e abriu o debate.



A Conselheira Patrícia Jerónimo Vink agradeceu as informações prestadas pelo Reitor, em particular no que respeita à valorização remuneratória dos professores e investigadores, situação que, pelo seu elevado grau de incerteza, propiciou um clima de grande apreensão. Por entender que os interessados deverão ter acesso às informações agora prestadas ao Conselho, solicitou ao Reitor uma tomada de posição pública sobre esta matéria, no que foi secundada pelo Conselheiro Óscar Gonçalves. O Reitor disse ter consciência da necessidade de partilha continuada com a Academia e comunicou que seria enviada na presente data uma nota informativa.

No âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP), o Conselheiro Bruno Gonçalves questionou o Reitor sobre a existência de alguma denúncia efetuada pelos interessados e se, para além das associações, entende que deva ser criada uma Comissão de Trabalhadores da UMinho. Relativamente ao aumento das vagas nas instituições de Ensino Superior com localização diferente de Lisboa e do Porto, recordou a urgência de solucionar a questão das residências universitárias da UMinho, com ênfase na parceria com as Câmaras Municipais de Braga e de Guimarães.

O Conselheiro Victor Soares informou o Conselho da existência de um grupo de trabalho, composto por membros do corpo docente e não docente da Universidade, o qual levou a cabo a elaboração de um documento *draft* que poderá vir a ser a redação dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral da Comissão de Trabalhadores da UMinho. Disse ainda que este documento será dado a conhecer em breve ao Reitor e à Academia e que até ao verão serão feitas as diligências conducentes à constituição daquela Comissão.

O Conselheiro Eugénio Ferreira mostrou grande preocupação no que respeita ao diploma dos graus, em concreto no carácter excecional da componente letiva dos programas doutorais, preocupação também partilhada pelo Conselheiro Manuel Carvalho da Silva. Este último mostrou-se desagradado pelo enfoque dado ao cenário futuro em detrimento de pouca reflexão sobre a realidade atual e chamou a atenção para a falta de mão de obra em várias áreas, cabendo às universidades o papel de combater essa situação ao formar profissionais nessas áreas.

Foi entendimento do Conselheiro Nuno Reis de que a redução de 5% das vagas em Lisboa e no Porto surge desenquadrada de uma estratégia global, pelo que poderá trazer impactos ao nível do abandono escolar e tornar-se como incentivo à procura de instituições privadas. Questionou o Reitor no que se refere à capacidade de resposta da UMinho ao aumento de vagas da sua oferta formativa, em concreto no que se refere aos alojamentos. Questionou também se as várias universidades foram ouvidas neste processo ou apenas confrontadas com as alterações agora conhecidas.

No que respeita ao PREVPAP, o Reitor informou que foram alvo de registo na plataforma cerca de 100 casos e recordou o facto de não ser ainda conhecida a posição da Comissão de Avaliação Bipartida da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sobre estes casos. Contudo, disse estar convicto de que todas as situações precárias existentes serão em breve alvo de regularização.



Afirmou que a UMinho estará preparada para dar resposta ao aumento de vagas a que será sujeita no próximo ano letivo e referiu a necessidade de encontrar soluções para as questões do alojamento, designadamente, na colaboração dos vários atores da região.

Quanto ao regime excecional da componente letiva dos programas doutorais, mencionou que serão equacionadas ações que permitam a redução da mesma de forma razoável.

Terminado o debate, o Presidente deu início à ordem de trabalhos.

## ▪ **Assuntos de iniciativa do CGeral**

### **1. Aprovação da ata número 01/2018**

O Presidente colocou à votação a ata número 01/2018, referente à reunião do dia 22/01/2018, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

### **2. Regimento do Conselho Geral: constituição das Comissões Especializadas**

O Presidente enunciou a necessidade de serem constituídas Comissões Especializadas, com vista a que delas emanem pareceres prévios a ter em consideração na tomada de decisões em sede do Plenário. Deu de seguida a palavra ao Conselheiro Eugénio Ferreira, o qual apresentou a proposta de criação de duas Comissões Especializadas Permanentes, cuja composição reflete a representatividade dos diferentes corpos do Conselho. Foi assim proposta a constituição da Comissão Especializada de Governação, Assuntos Institucionais e Assuntos Financeiros, cujo âmbito de atuação será o das questões estatutárias, e a Comissão de Educação, Investigação e Interação com a Sociedade.

O Conselheiro Óscar Gonçalves referiu que esta proposta resultou do consenso dos vários membros do Conselho, e que a constituição das mesmas tem por base a proporcionalidade do número de mandatos obtidos por cada lista, aquando das eleições para o Conselho ocorridas em março de 2017.

De seguida, o Conselho deliberou a constituição das comissões propostas, de acordo com as seguintes composições:

- Comissão Especializada de Governação, Assuntos Institucionais e Assuntos Financeiros» Luís Valente de Oliveira, que preside, Conselheiros Luís Amaral, Isabel Soares, Rui Ralha, Patrícia Jerónimo Vink, Joaquim Rocha, João Cerqueira, Nuno Reis e Victor Soares.
- Comissão de Educação, Investigação e Interação com a Sociedade» Luís Valente de Oliveira, que preside, Conselheiros Eugénio Ferreira, Álvaro Sanróman, Óscar Gonçalves, Sandra Paiva, Manuel Costa, Maria Helena Guimarães, Bruno Gonçalves e Victor Soares.



### **3. Análise da constituição do Conselho de Ética e da designação do Provedor Institucional**

O Presidente deu a palavra ao Conselheiro Álvaro Sanróman, que começou por informar os presentes de que as propostas das individualidades que exercerão os cargos de Presidente do Conselho de Ética e de Provedor Institucional são consensuais a todos os membros do Conselho. Referiu ainda que essas individualidades foram contactadas e aceitaram as respetivas designações.

Indicou para Presidente do Conselho de Ética da UMinho a Prof.<sup>a</sup> Doutora Graciete Tavares Dias, Professora Catedrática Aposentada, tendo de seguida apresentado a sua nota biográfica.

O Conselheiro Ramón Villares propôs a incorporação no Conselho de Ética de um gabinete que leve a cabo ações que implementem medidas de igualdade.

O Conselheiro João Cerqueira dirigiu-se ao Conselho para, em nome dele próprio e da Conselheira Maria Helena Guimarães, manifestar o apoio à designação da Professora Graciete Dias e relembrar a existência, na Universidade, do Centro de Ética, Política e Sociedade (CEPS), subunidade orgânica de investigação do Instituto de Letras e Ciências Humanas da UMinho que visa a investigação científica de alto nível na área da Filosofia, em especial nos domínios da Teoria Política e da Ética Aplicada. Solicitou ao Reitor que, enquanto responsável pela nomeação dos restantes membros do Conselho de Ética, nele inclua membros do CEPS, para que estes possam dar os seus contributos nos diferentes domínios das suas especializações.

Retomou a palavra o Conselheiro Álvaro Sanróman para dar a indicação do Prof. Doutor Anibal Augusto Alves, Professor Emérito da UMinho, para o cargo de Provedor Institucional da UMinho, assim como dar a conhecer aos presentes a sua nota biográfica.

O Presidente colocou de seguida à votação os nomes propostos, os quais foram aprovados por unanimidade. O Presidente solicitou ao Reitor o agendamento de uma reunião com os Professores agora eleitos para a elaboração do plano de ação.

O Reitor informou que dará conhecimento ao Conselho, através de email, da proposta dos restantes elementos que constituirão o Conselho de Ética da UMinho.

### **4. Laboratórios Colaborativos**

O Presidente introduziu o debate sobre os Laboratórios Colaborativos e referiu-se à importância destes na criação de emprego qualificado e emprego científico. De seguida, usou da palavra o Reitor que demonstrou o seu contentamento pela criação desta nova figura que permitirá uma estreita colaboração entre as Instituições de Ensino Superior e o tecido empresarial. Referiu-se às propostas apresentadas ao Conselho da participação da UMinho em várias Associações e salientou o papel ativo da Conselheira Isabel Soares na elaboração de uma nova proposta.

O Conselheiro Óscar Gonçalves iniciou a sua intervenção elogiando o facto das propostas em apreciação não se cingirem apenas ao setor produtivo, tendo sido alargadas a áreas habitualmente menos privilegiadas, sendo o seu entendimento de que este deverá ser um exemplo a seguir.

Lembrou o discurso do Presidente do CGeral no dia da Universidade, assim como a exposição proferida pelo convidado, Professor Jean Martin, no qual foram enfatizadas as potencialidades trazidas pelos Laboratórios Colaborativos, designadamente, a criação do emprego científico e a realização de atividades de investigação e desenvolvimento em estreita colaboração entre as instituições de ensino superior e os parceiros sociais, económicos e culturais.

Chamou a atenção para as experiências passadas, nas quais a Comunidade Académica respondeu de forma impulsiva a estas novas figuras apenas com vista a potenciar as questões financeiras, relegando para segundo plano o essencial dos projetos a desenvolver. Referiu-se ao ciclo de aparecimento, ascensão e queda destas figuras de investigação, pelo que as instituições não devem dispensar outro tipo de respostas. Afirmou ser necessário ter o cuidado para não deixar que nestas parcerias as Universidades percam a liberdade académica e de investigação, face às pressões exercidas pela indústria. A exemplificar esta situação, aludiu a uma parceria entre a Universidade de Compostela e uma empresa da indústria farmacêutica, na qual as melhores propostas apresentadas pela Universidade foram recusadas pela indústria, dado não servirem os melhores interesses desta última.

Concretamente às propostas apresentadas pelo Reitor, disse que no seu entender o processo de negociação deverá encorajar a liderança das mesmas por parte da UMinho.

O Conselheiro Manuel Carvalho da Silva saudou o esforço e o trabalho realizado pela UMinho em garantir a presença da área social nestes projetos. Mencionou o facto de cada Laboratório Colaborativo ser suportado por uma entidade concreta, associações ou entidades privadas, e da direção de cada um deles, que será autónoma, poder contratar livremente investigadores, o que lhe permitirá escolher os melhores. Chamou a atenção para o facto de as entidades parceiras poderem ter uma dinâmica diferente das Universidades, devendo estas estar atentas para fazer valer a sua participação.

O Conselheiro Ramón Villares apoiou a intervenção anterior e reconheceu que a participação nos Laboratório Colaborativos não está isenta de riscos, mas que estes lhe parecem menores do que as vantagens que proporcionam. Como os fundos públicos não são suficientes, estas entidades apresentam-se como uma solução útil, na qual as universidades devem liderar e colher os incentivos privados. Constituem problemas futuros o facto de o emprego científico conduzir à criação de novas carreiras e, em caso de dissolução, saber como serão distribuídos os lucros obtidos.

O Conselheiro Manuel Carvalho da Silva referiu que deverão ser os estatutos das associações a definir a distribuição dos lucros, mas anteviu que as entidades privadas não se mostrem recetivas a que, em caso de

dissolução, estes revertam a favor das universidades. Relembrou que o financiamento da comparticipação privada assenta no desenvolvimento e venda dos produtos.

O Presidente felicitou todos os envolvidos nas propostas, desejou as melhores felicidades na condução dos projetos e solicitou ao Reitor para, com a devida regularidade, apresentar ao Conselho o ponto de situação de cada um dos projetos em curso.

## **5. Avaliação do impacto das alterações demográficas na Universidade do Minho**

O Presidente agradeceu ao Conselheiro Óscar Gonçalves a introdução deste assunto na ordem de trabalhos, o qual considerou de enorme pertinência dado que, em algumas instituições, este problema toma já proporções significativas.

O Conselheiro Óscar Gonçalves expôs a sua preocupação para com o envelhecimento da população docente das universidades portuguesas, fenómeno que, do seu ponto de vista, deverá ser alvo de um estudo aprofundado face às implicações do mesmo no funcionamento destas instituições. No caso concreto da UMinho, alertou para o facto do corpo docente está a envelhecer e não surgirem estratégias de rejuvenescimento. Disse ser a sua opinião de que o estímulo ao emprego científico poderá enviesar e penalizar as instituições que se propõem a contratar novos profissionais.

Apresentou de seguida alguns dados estatísticos que retratam a gravidade da situação, designadamente, os dados fornecidos pela PORDATA que dão nota de que, entre 2011 e 2015, o índice de envelhecimento das universidades portuguesas passou de 60,7% para 225,6% e que a população entre os 30-39 anos decresceu de 4765 para 2615, por oposição à população com mais de 60 anos que aumentou de 949 para 2146. Segundo dados fornecidos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, nos anos de 2011 e 2015, a percentagem de docentes pós-doutorados com idade compreendida entre os 30 e 35 anos passou de 45% para menos de 35%, enquanto que a percentagem dos docentes com mais de 40 anos aumento de 10% para 30%. De acordo com os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística, em 2019 haverá menos de 9181 cidadãos na faixa etária dos 18 anos, cidadãos estes que se constituem como potenciais candidatos às instituições de ensino superior.

Neste contexto, entendeu que a UMinho deverá assumir o controlo deste estudo, e apresentou uma proposta para que o Conselho, no âmbito das suas atribuições, proceda à abertura de um concurso que permita efetuar a caracterização demográfica dos corpos docente e discente da UMinho. Estes projetos terão como objetivo conhecer e aprofundar estes fenómenos em articulação interdisciplinar de investigadores de diferentes unidades orgânicas.

Informou que o desenvolvimento destes projetos assentará em dois aspetos essenciais: a necessidade de rejuvenescimento do corpo atual de docentes e a quebra da taxa de natalidade, que conduzirá à redução de alunos que estarão em faixa etária para ingressar na universidade.

Finda a exposição, o Presidente abriu o debate.



O Conselheiro Eugénio Ferreira apoiou a proposta apresentada pelo Conselheiro Óscar Gonçalves, mas sugeriu que este estudo tivesse apenas início após ser conhecido o resultado do Programa Estimulo ao Emprego Científico, o qual, no seu entender, alterará significativamente os números atuais.

O Conselheiro Óscar Gonçalves considerou pertinente a análise do resultado daquele programa, mas entendeu que, face à morosidade dos procedimentos associados ao lançamento dos concursos dos projetos, estes deveriam ser abertos de imediato, tendo sido secundado pelo Conselheiro Manuel Costa.

O Conselheiro Victor Soares questionou a possibilidade de este estudo ser alargado aos funcionários não docentes e não investigadores, tendo o Presidente realçado a relevância desse alargamento e referido a pertinência dos projetos propostos, dado tratar-se de um estudo pioneiro. Apelou ao Reitor para que possa acolher o desenvolvimento dos mesmos.

A Conselheira Sandra Paiva sugeriu que os projetos propostos fossem desenvolvidos em parceria com as autarquias e a Conselheira Maria José Costa disse ser de ponderar os métodos de avaliação do ensino atualmente utilizados, os quais, no seu entender, deverão ser alvo de um processo de modernização através de formações complementares para os docentes.

O Reitor introduziu alguns dados estatísticos adicionais, designadamente, o facto de há três anos atrás o número de recém-nascidos ter sido equivalente ao número de estudantes que ingressaram no ensino superior nesse mesmo ano. Traçou de seguida o perfil etário dos professores da UMinho, 15% na faixa etária dos 30 aos 44 anos e 14% no intervalo de idades dos 60 aos 69 anos, o que reflete uma população docente claramente envelhecida. Salientou a fragilidade existente em algumas áreas fundamentais da formação, onde o núcleo do ensino das mesmas é apenas garantido por dois professores. Por último, aludiu ao Programa de Estimulo ao Emprego Científico, o qual considerou ser um poderoso instrumento de gestão na medida em que permitirá aprofundar a realidade e o desenvolvimento de medidas tendentes a solucionar o problema.

Terminada a apreciação da matéria, o Conselho solicitou ao Conselheiro Óscar Gonçalves a elaboração de um documento no qual sejam descritas as especificações do projeto a desenvolver, com vista ao seu envio ao Reitor.

## **6. Outros assuntos**

O Conselheiro Bruno Gonçalves interpelou o Reitor e recordou que na reunião de 10 de julho de 2017 foi apresentada a questão da necessidade de não tornar o preenchimento dos inquéritos de avaliação dos alunos aos docentes obrigatório e que, passado um semestre após essa chamada de atenção, a situação permanece igual. Referiu ainda que os alunos da Licenciatura em Música reivindicam melhores infraestruturas de funcionamento, bem como a descentralização da biblioteca, dado que o acesso à mesma implica uma deslocação ao Campus de Gualtar.



O Reitor afirmou que a questão dos inquéritos está já a ser tratada pelo Vice-Reitor do pelouro, mas que lhe recordará o assunto. No que respeita à licenciatura em Música, informou que recebeu um abaixo assinado dos alunos sobre a questão das infraestruturas e do acesso à biblioteca e que fez já diligências no que respeita aos espaços, tendo já o Administrador reunido com os alunos para serem estudadas soluções. Relativamente à biblioteca, disse tratar-se de uma matéria muito sensível que se traduz no estudo da realocação dos materiais necessários a estes alunos.

▪ **Assuntos de iniciativa do Reitor**

**1. Participação da UMinho na Associação “The Discoveries Centre for Regenerative and Precision Medicine”**

O Reitor salientou o grau de detalhe possível com o qual as propostas foram submetidas, assim como os requisitos a que a UMinho deverá responder. Referiu que o conjunto de propostas dizem respeito à participação da UMinho em associações de natureza diferentes, e que a necessidade de se tornar associada decorre do enquadramento do financiamento europeu. Na proposta de participação da UMinho na Associação “The Discoveries Centre for Regenerative and Precision Medicine”, comunicou que a mesma se reveste de particular relevância, na medida em que a criação da mesma tornará possível o funcionamento do Centro de acordo com as normas estabelecidas por contrato entre a UMinho e a Comissão Europeia. Salientou ainda que a UMinho, enquanto entidade coordenadora do projeto, assumirá o papel de fundadora e de primeira subscritora da Associação.

**2. Participação da UMinho no Laboratório Colaborativo em Transformação Digital**

O Reitor defendeu que a UMinho, através da participação no Laboratório Colaborativo em Transformação Digital, reforçará a sua afirmação no domínio científico emergente e multidisciplinar, assim como terá mais valias associadas à utilização de instalações e infraestruturas laboratoriais. Referiu-se também à cedência de recursos humanos e à formação de um número muito significativo de estudantes de doutoramento.

**3. Participação da UMinho no INESC-TEC**

Relativamente à participação no Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores Tecnologia e Ciência (INESC TEC), o Reitor recordou que a UMinho celebrou em 2012 um protocolo com aquela instituição como parceiro privilegiado, afigurando-se agora importante o reforço do processo de colaboração, passando a UMinho para o Estatuto de Instituição Associada do INESC-TEC.

**4. Participação da UMinho na “OpenAIRE Legal Entity”**

Sobre a participação na “OpenAIRE Legal Entity”, o Reitor começou por fazer referência ao envolvimento ativo da UMinho nas diferentes fases do Open Access Infrastructure for Research in Europe (OpenAIRE), bem como



às vantagens para o reforço da afirmação da UMinho, como instituição de referência na ciência aberta em Portugal, bem como ao nível internacional, pelo facto de nela participar.

## **5. Participação da UMinho na Associação Centro de Competências do Agroalimentar para o Setor das Carnes**

No caso do Centro de Competências do Agroalimentar para o Setor das Carnes, o Reitor referiu que o mesmo centra a sua atividade em temas que poderão vir a ter um impacto significativo no desenvolvimento daquela área. Defendeu que a participação da UMinho na referida associação se reveste de particular interesse na formação e investigação na área da Engenharia Biológica.

Terminada a exposição do Reitor, o Presidente deu início à discussão das propostas apresentadas.

O Conselheiro Óscar Gonçalves disse estar de acordo com as propostas apresentadas, mas chamou a atenção para alguns detalhes constantes nos estatutos das mesmas, os quais, no seu entender, podem ser questionados. Apresentou o contraste entre algumas das associações, em particular o Discoveries Centre for Regenerative and Precision Medicine, cujo estatuto de gestão lhe pareceu muito peculiar, principalmente no que respeita à periodicidade das reuniões, bem como ao número de mandatos que tendem a prolongar-se no tempo, por contraposição dos estatutos das restantes associações, que considerou serem mais democráticos.

O Conselheiro Eugénio Ferreira pronunciou-se sobre os estatutos da participação da UMinho no INESC-TEC, nomeadamente, à referência de que a nova estrutura terá a sua sede no Porto e esta só se poderá mudar desde que a sua localização seja nesse mesmo distrito. Entendeu que os estatutos deveriam prever outras localizações para a sede da instituição, por forma a ir de encontro com a particularidade dos restantes associados.

Findas as intervenções, o Conselho deliberou, por unanimidade, aprovar na generalidade a participação da UMinho nas cinco entidades propostas, não se pronunciando sobre os pormenores do contrato. O Conselho recomendou que os negociadores da UMinho assegurem os melhores interesses da instituição nessas participações.

## **6. Alteração do mapa de pessoal dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho**

Para a apreciação deste ponto o Reitor pediu a presença do Administrador dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho (SASUM), com vista à realização da apresentação dos fundamentos que estão na base da proposta de alteração do mapa de pessoal para o ano de 2018.

O Administrador informou que a proposta em análise apresenta a previsão dos postos de trabalho a criar, tendo em consideração o número de trabalhadores e os perfis necessários à prossecução do plano de atividades dos serviços, aprovado pelo Conselho em janeiro passado. Informou que, uma vez aprovada a alteração, esta será formalizada através da sua inclusão no organograma e no regulamento orgânico.

Referiu que as necessidades descritas visam acompanhar a transformação da Universidade em Fundação, bem como traduzir a realidade dos serviços e a sua orientação estratégica para os próximos anos, com vista à gestão eficiente dos recursos. Disse estar também a ela subjacente a valorização profissional e a ascensão a categorias superiores dos trabalhadores, bem como suprir os postos de trabalhos de colaboradores em mobilidade ou em Comissão de Serviço.

Resumiu de seguida a proposta que prevê oitenta e um (81) postos de trabalho vagos, dos quais trinta e cinco (35) destinam-se à regularização de vínculos precários; dezoito (18) na carreira de Assistente Operacional; dez (10) na categoria de Encarregado Operacional; três (3) na categoria de Assistente Técnico e dez (10) na carreira Técnica Superior. É ainda prevista a criação da carreira/categoria de Assessor, Consultor e Auditor, com cinco (5) postos de trabalho.

Finda a apresentação, o Presidente conferiu a palavra ao Conselheiro Victor Soares que saudou a estrutura e o detalhe da proposta apresentada ao Conselho e enalteceu o facto de esta prever a valorização profissional dos trabalhadores e considerar a ascensão a carreiras de nível superior.

O Conselheiro Bruno Gonçalves solicitou ao Administrador esclarecimento sobre a abertura de vagas para cargos de direção, ao que o Administrador respondeu que está prevista a ocupação das duas vagas existentes para os cargos de direção de serviço e referiu o facto de os serviços não estarem dotados de cargos de chefia intermédias, situação que o novo regulamento orgânico reconsiderará.

O Presidente colocou de seguida à votação a alteração ao mapa de pessoal dos SASUM para o ano de 2018, o qual foi aprovado por unanimidade.

O Presidente agradeceu a todos os Conselheiros e ao Reitor as intervenções tidas ao longo da reunião e declarou findos os trabalhos pelas 13:20 horas, tendo sido lavrada a presente ata que, depois de aprovada será assinada pelo Presidente e pela Secretária.

O Presidente,



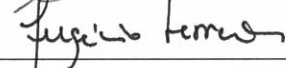

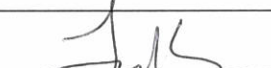





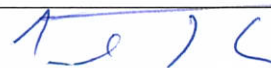





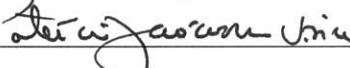




A Secretária,



Anexo I

Universidade do Minho  
Conselho Geral

**MEMBROS DO CONSELHO GERAL DA UNIVERSIDADE DO MINHO****Reunião Plenária nº 02/2018 - Sessão extraordinária****12/03/2018**

Nome	Rubrica
Álvaro Iriarte Sanromán	
Bruno Alexandre Rocha Gonçalves	
Eugénio Manuel de Faria Campos Ferreira	
Inês da Costa e Silva	
Isabel Maria Costa Soares	
João José Fernando Araújo Cardoso Cerqueira	
Joaquim Manuel Freitas da Rocha	
José Gonçalves Teixeira	
Luís Alfredo Martins Amaral	
Luís Francisco Valente de Oliveira	
Manuel Carvalho da Silva	
Manuel João Tavares Mendes Costa	
Maria da Graça Oliveira da Cunha Coelho	
Maria Helena Almeida Silva Guimarães	
Maria José Arantes Costa	
Nuno Henrique Vieira Reis	
Óscar Filipe Coelho Neves Gonçalves	
Patrícia Penélope Mendes Jerónimo Vink	
Paula Araújo Pereira da Silva	
Ramón Villares	
Rui Manuel Silva Ralha	
Sandra Cristina Almeida Paiva	
Victor Manuel Sousa Rego Duarte Soares	